

Senado decide futuro de Jader

Olímpio Cruz Neto
Da equipe do **Correio**
Com agência Estado

O presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), terá uma semana decisiva. Na quarta-feira, primeiro dia de trabalhos no Congresso neste segundo semestre, será examinada a representação dos partidos de oposição para que ele seja investigado por quebra de decoro no Conselho de Ética do Senado. O pedido dos oposicionistas se desdobra em dois flancos: a participação de Jader no desvio de dinheiro do Banpará entre 1984 e 1985 e a compra da Fazenda Chão Preto, antes pertencente a José Osmar Borges, maior fraudador da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O negócio não foi declarado no imposto de renda do senador paraense.

A ação popular foi apresentada pelo desafeto de Jader, o advogado Paulo Lamarão, que já pediu a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do senador. Pedido, inclusive, indeferido na última quinta-feira, pela substituta de Dahil, a juíza Rosileide Cunha.

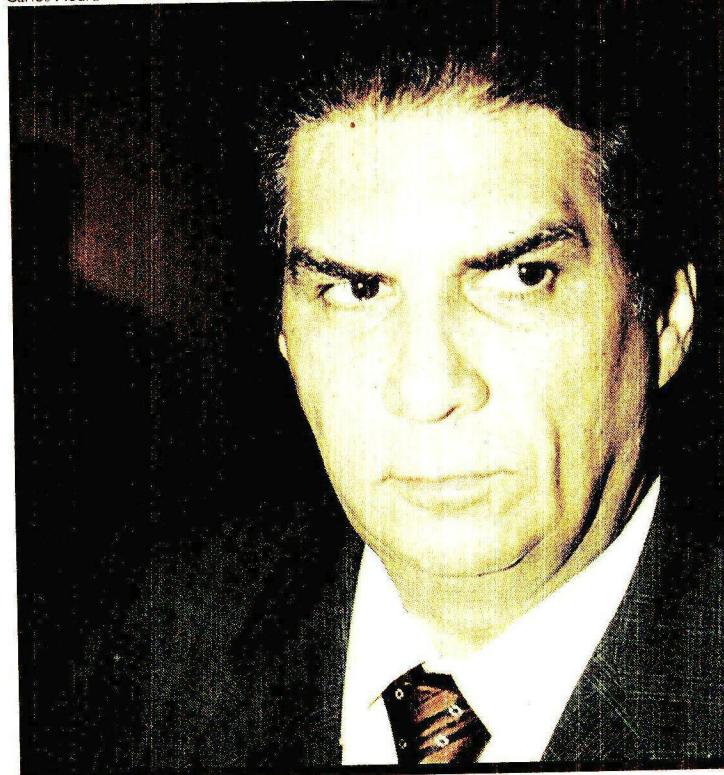
Desaparecida nos últimos sete anos, a ação popular está longe de ter um desfecho. Pelo con-

trário. Ainda pode sofrer avanços e recuos, simplesmente porque ninguém no Pará quer assumir o risco de julgar Jader. Lá, a força política do presidente licenciado do Congresso é indiscutível. O caso desta ação popular que tramita no Tribunal de Justiça há 17 anos, sem ter chegado até hoje a lugar nenhum, mostra bem como ele exerce sua influência.

MEDO

A juíza Rosileide Cunha, por exemplo, não suportou o peso da decisão de autorizar a quebra do sigilo de Jader, deixando o abacaxi para Dahil Souza. Que também não quer assumir o risco. Antes de desaparecer rumo a uma praia no litoral paraense, na última sexta-feira, Rosileide fez um gol a favor de Jader. Autorizou o senador a ter acesso ao relatório do Banco Central que indica suas digitais no desfalque do Banpará. Coisa

Carlos Moura



SENADOR ESTÁ EM APUROS EM BRASÍLIA E TRANQUÍLIO DO PARÁ

que os promotores não querem.

Ainda não se sabe quem dará a sentença judicial autorizando a quebra do sigilo de Jader, 14 familiares e amigos, além de três empresas. Nem quem vai analisar o pedido do Ministério PÚblico Estadual para que Jader não coloque as mãos no relatório do BC. Os promotores alegam que a entrega do levantamento do BC representará a quebra do sigilo bancário de outros envolvidos no escândalo do Banpará. No Ministério PÚblico do Pará, teme-se que o novo juízo do caso possa se sentir pressionado a não dar prosseguimento à ação.

Até agora, somente uma juíza teve coragem de enfrentar o poder do senador: Martha Inês, da 14ª Vara Cível do Pará. Em outra ação popular de Lamarão, Martha Inês decidiu bloquear a fazenda Pollyana, na região de São Domingos do Capim, de propriedade de Jader.